

Ambiente

O programa ambiental foi preparado por ambientalistas e cientistas, que não querem o meio ambiente esquecido.

Um projeto ecológico para os presidenciais

Depois de três dias de discussões, os ambientalistas e cientistas brasileiros acabaram elaborando um programa governamental que, "se colocado em prática pelo futuro presidente da República poderá elevar o Brasil à condição de potência supridora do mundo moderno de bens escassos e altamente valiosos oriundos de sua fauna, flora, solo, ar e instituições científicas", segundo o professor Ênio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Partindo do pressuposto de que a dívida externa não deve ser paga ou amortizada às custas da ecologia nacional — "Nossa pátria, os brasileiros e os recursos naturais que os sustentam são bens indisponíveis", segundo o coordenador da reunião, Fábio Feldmann, deputado que abriu as portas do Congresso Nacional em pleno fim de semana e "recesso branco" parlamentar para sede da reunião —, partindo do "princípio científico de que ecologia e economia são irmãs siamesas e só podem viver e prosperar unidas, vamos — continua o deputado — sugerir ao futuro presidente da República que destine os US\$ 10 bilhões anuais desembolsados para pagar os juros ou serviço da dívida externa para o setor ambiental, em todos os ministérios. Com esse dinheiro, de que os credores externos terão de abrir mão em decorrência de sua destinação visar conter desastres globais como o do 'efeito estufa', será possível implantar um modelo de desenvolvimento auto-sustentado, que faça da conservação ambiental ou da exploração inteligente das riquezas naturais o alicerce da prosperidade nacional. E que estenda tal prosperidade a todos os segmentos da população hoje vitimados pela guerra à ecologia em curso entre nós".

Desenvolvimento sustentado, segundo João Paulo Capobianco, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica (promotora do encontro ao lado da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados), "não é algo nebuloso, abstrato ou intangível hoje em dia quando a ciência começa a dar valor de mercado às maravilhas da natureza. O fato de termos mais da metade da biodiversidade biológica existente no planeta constitui um capital único, que,



A floresta araucária: patrimônio nacional.

bem manejado e explorado, fará o País dar o salto tecnológico-social-científico e econômico que o separa dos sete grandes países industrializados".

A proposta de governo aos presidenciais é de uma nova matriz energética ao País, que privilegie energias alternativas existentes em abundância no Brasil; propõe o rompimento do acordo Nuclear Brasil-Alemanha e o cancelamento do programa nuclear oficial "com a desativação do reator nuclear do Projeto Aramar, no interior paulista, que pode viabilizar a obtenção de artefatos bélicos atômicos". Da diretrizes e linhas mestras gerais detalhadas sobre todos esses recursos bem como sobre política urbana, transporte, saúde e saneamento, política agrícola e fundiária, política industrial, educação, ciência e tecnologia, gestão dos recursos naturais, poluição, proteção do patrimônio cultural e natural, relações internacionais, política institucional e seus instrumentos — destacando, nessa última, a "criação de um ministério de meio ambiente e recursos naturais civil que empenhe as Forças Armadas no combate aos crimes ambientais".

Os grandes ecossistemas como a Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica receberam sugestões "capazes de viabilizar seu uso sem destruição, feitas pelas comunidades científicas e ambientalista de todo o País, pois houve mais de

meia dúzia de encontros preparatórios regionais antes dessa reunião em Brasília, congregando todas as áreas da sociedade" — segundo Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica.

O cerrado, a caatinga e a floresta de araucária deverão ser alçados à condição de patrimônios nacional — reivindicaram os

A redescoberta da Amazônia. Com arte.

A região amazônica está sendo redescoberta por uma expedição denominada de Projeto Xingu, criado por dois fotógrafos publicitários, cuja proposta — dentro do campo da fotografia — é trabalhar a estética dessa arte, unindo sensibilidade e respeito humano. A expedição consiste na travessia de 1.470 quilômetros do rio Xingu, partindo da cidade de São José do Xingu, no Mato Grosso, até Altamira, no Pará.

A expedição já começou e irá até outubro, com duração aproximada de 60 dias. O percurso inclui as reservas indígenas de Gorotirê, Açurime e Kararaô, a região a ser inundada pela usina de mesmo nome. Por causa dos inúmeros obstáculos que os expedicionários encontrarão, essa travessia será feita por caiaques especialmente construídos e projetados pela Opium Competition. A preferência por esse tipo de embarcação teve a preocupação de não ferir a harmonia interna de

200 pesquisadores e ambientalistas desse encontro "revolucionário" (segundo o professor Henrique Rattner, da USP). Os candidatos à Presidência da República deverão ser convidados para um debate na Câmara dos Deputados quando externarão suas respostas às perguntas feitas pelo documento final do encontro.

uma região despovoada, usando barcos com motores e resíduos poluentes, dizem os expedicionários Vito D'Alessio e Renato Dutra.

A expedição é patrocinada pela IAT-Companhia de Comércio Exterior. O apoio a essa travessia, segundo os expedicionários, representa não somente um investimento em jovens profissionais, mas também "uma clara visão de que uma ação conjunta entre empresários e projetos edificantes é capaz de transformar a imagem do País diante de questões polêmicas, fugindo do descaído aparente e instaurando um nível de conscientização cada vez maior".

Os expedicionários esperam com essa travessia apresentar orientações sobre os aspectos de sobrevivência na selva, primeiros socorros, assim como um condicionamento físico adequado e alimentação planejada.